

AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: CONTEXTOS E DISCUSSÕES ACERCA DE GÊNERO E SEXUALIDADE

*Samira de Moraes Maia Vigano**, *Maria Hermínia Lage Fernandes Lafin***

RESUMO

Trata-se de um artigo teórico-crítico, que discorre bibliograficamente acerca das questões de gênero e sexualidade por meio de um levantamento realizado em *sites* das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil. Considera-se importante para a temática indicar como as Instituições de Ensino Superior organizam-se para combater a desigualdade, demonstrando como constroem e articulam ações referentes às questões de gênero e sexualidade relacionadas às pessoas transgêneras. Apresentam-se três quadros com os núcleos de pesquisas em gênero e sexualidade de algumas instituições de educação superior brasileiras, analisam-se os quadros por meio de categorias, buscando articular essas questões com a área de educação. Em relação à temporalidade, o levantamento identifica os primeiros núcleos de pesquisa constituídos e formalizados na década de 1980. Para compor a discussão, apoia-se nas perspectivas teóricas de Lanz (2015), Louro (1997, 2000) e Scott (1995). Organiza-se o artigo tendo em vista a problematização sobre as desigualdades em relação às pessoas transgêneras, retratando as ações que as Instituições de Ensino Superior (IES) realizam para reduzi-las. Conclui-se que as instituições buscam agir nessas questões, e que há, com o passar dos anos, um crescimento e fortalecimento do debate nesses espaços.

Palavras-chave: instituições de ensino superior; gênero; sexualidade.

HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS: CONTEXTS AND DISCUSSIONS ABOUT GENDER AND SEXUALITY

ABSTRACT

This is a critical theoretical article, which discusses bibliographically the issues of gender and sexuality, through a survey conducted on sites of Higher Education

* Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora da área de formação docente do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC – CERFEAD). Pesquisadora do CNPq do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos (EPEJA). ORCID: 0000-0001-8100-9207. Correio eletrônico: samiramvigano@gmail.com

** Pós-doutora em Educação pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professora do Centro de Ciências da Educação (CED) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos (EPEJA/CNPq). ORCID: 0000-0002-4562-308X. Correio eletrônico: herminialaffin@gmail.com

Institutions - IES in Brazil. It is important for the theme to bring how Institutions and Higher Education organize themselves to combat inequality, demonstrating how they build and articulate actions related to gender and sexuality issues related to transgender people. There are three frameworks with the gender and sexuality research centers of some Brazilian higher education institutions, analyzing the frameworks by means of categories, seeking to articulate these issues with the area of education. The survey began in 1980, starting with the first nucleus of research constituted and formalized. To compose the discussion is based on the theoretical perspectives of Lanz (2015), Louro (1997, 2000) and Scott (1995). The article is organized in view of the problematization of inequalities in relation to transgender people, portraying the actions that higher education institutions perform to reduce them. It is concluded that institutions seek to act on these issues, and that there is, over the years, a growth and strengthening of the debate in these spaces.

Keywords: *higher education institutions; genre; sexuality.*

INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR: CONTEXTOS Y DISCUSIONES SOBRE GÉNERO Y SEXUALIDAD

RESUMEN

Este es un artículo teórico crítico, que discute bibliográficamente sobre cuestiones de género y sexualidad, a través de una encuesta realizada en los sitios web de las Instituciones de Educación Superior - IES en Brasil. Se considera importante que el tema muestre cómo las instituciones y la educación superior se organizan para combatir la desigualdad, demostrando cómo construyen y articulan acciones relacionadas con cuestiones de género y sexualidad relacionadas con las personas transgénero. Se presentan tres tablas con los centros de investigación sobre género y sexualidad de algunas instituciones de educación superior brasileñas; las tablas se analizan a través de categorías, buscando articular estas cuestiones con el área de educación. En cuanto a la temporalidad, en los datos se identifican los primeros centros de investigación constituidos y formalizados en la década de 1980. La discusión se basa en las perspectivas teóricas de Lanz (2015), Louro (1997, 2000) y Scott (1995). El artículo está organizado con el objetivo de problematizar las desigualdades en relación con las personas transgénero, retratando las acciones que toman las IES para reducirlas. Se concluye que las instituciones buscan actuar sobre estos temas y que, a lo largo de los años, ha habido un crecimiento y fortalecimiento del debate en estos espacios.

Palabras clave: *instituciones de educación superior; género; sexualidad.*

1 APRESENTAÇÃO INICIAL

A escrita sempre rastreia saberes e contextualiza processos que possam contribuir de alguma maneira para demandas formativas, sejam elas pessoais, sejam

profissionais. O significado de cada escrita dar-se-á de acordo com o objetivo proposto e visará uma intencionalidade. A intencionalidade vincula-se a apropriações singulares, que, no caso dessa escrita, coadunam-se com o desejo de ampliação e consolidação de debates sobre gênero e sexualidade. Desse modo, este artigo dimensiona questões de gênero e sexualidade por meio de um levantamento realizado em *sites* das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil. O levantamento buscou trazer os núcleos, grupos e outras ações que as IES fazem, com o foco na desconstrução de paradigmas consolidados em torno das questões de gênero e sexualidade. Descreve-se e analisa-se como as IES atuam para minimizar a desigualdade de gênero e sexualidade dentro de seus espaços, por meio de ações integradoras da prática pedagógica docente. “Essas considerações apontam o caráter dinâmico da profissão docente como prática social. É na leitura crítica da profissão diante das realidades sociais que se buscam os referenciais para modificá-la.” (PIMENTA, 1996, p. 76). Apresentar-se-á um levantamento dos núcleos¹ de pesquisas de algumas instituições superiores brasileiras, juntamente com alguns projetos e eventos que elas organizam para discutir a temática de gênero e sexualidade, priorizando e articulando o debate sobre educação e inclusão social de pessoas transgêneras. Acentua-se que a intenção não é de uma catalogação das ações das instituições, mas sim trazer ao debate as possibilidades interventivas que ocorrem nos espaços de educação superior, a fim de exemplificar o quanto se pode fazer, como se organizar e, principalmente, qual a necessidade dessas ações, pensando sob a ótica da materialização dos direitos das pessoas das mais diferentes identidades. No caso dessa escrita, foca-se nas identidades dos sujeitos transgêneros², haja vista que as IES vêm, através dos tempos e das lutas dos movimentos em prol da igualdade, incorporando o processo educativo desses sujeitos, sendo necessário apontar algumas ações que o ensino superior tem feito para reduzir a desigualdade e ampliar os debates sobre gênero e sexualidade, objetivando demonstrar como se constroem e se articulam tais ações.

Os fundamentos utilizados na escrita têm como base reflexões que abrangem os estudos de gênero e sexualidade por intermédio de uma pesquisa documental apoiada em um levantamento dos núcleos de pesquisa. Para compor a discussão, este artigo se apoia nas perspectivas teóricas de Guacira Lopes Louro (1997, 2000), Joan Scott (1995) e Letícia Lanz (2015), respaldando-se nos estudos da área de educação e na participação docente (VIGANO, 2019). Incorporam-se ao texto conceitos referentes a gênero, sexualidade, identidade de gênero e as discussões sobre os processos de desigualdades e violências aos quais essas pessoas foram e são submetidas no decorrer de suas vidas. Por consequência, indica-se igualmente como essas vivências as afastaram das instituições educativas.

A coleta dos dados foi realizada em 2019 e, em relação ao recorte temporal, identifica-se no levantamento que os primeiros núcleos de pesquisa foram constituídos e formalizados na década de 1980.

¹ Utiliza-se o termo núcleos de pesquisa; todavia, busca-se englobar os grupos e institutos de pesquisa em gênero e sexualidade das IES.

² Refere-se a pessoas transgêneras englobando as demais identidades de gênero, pois, em consonância com Lanz (2015), a palavra *transgênera* ou *transgênero* pode ser um termo guarda-chuva para as diversas identidades de gênero divergentes.

Apresentamos no estudo um quadro com os núcleos mais antigos, com enfoque na educação, no período de 1983 a 1999, para identificar quais seus objetivos e principais temáticas que se aproximavam dos debates sobre gênero, sexualidade e transgeneridades.

Evidencia-se como prioritário esse debate, já que, através dos tempos, as pessoas transgêneras foram impossibilitadas de estudar e de se inserirem socialmente por conta da discriminação que sofreram e sofrem e pelo fato de suas vidas estarem relacionadas a um estereótipo vinculado ao preconceito e ao rótulo de promiscuidade. Compreende-se que se trata de uma identidade que gera muitas privações, sendo substancial apresentá-las nesse contexto de debate. “A identidade não é um dado imutável, nem extremo, que possa ser adquirido. Mas é um processo de construção do sujeito historicamente situado.” (PIMENTA, 1996, p. 7). Desse modo, percebe-se que essa discussão é original e relevante, sobretudo na atualidade, onde se fortalece uma onda conservadora no Brasil, particularmente no sistema educacional, evidenciando cada vez mais a dificuldade de se pautar a temática de gênero, notadamente depois do entendimento equivocado que deu origem ao que se disseminou como ideologia de gênero³.

Entende-se que, ao demonstrar as ações das IES para trabalhar essas temáticas, apresentando-as como formadoras de saberes e conhecimentos científicos, demonstra-se a necessidade de investimentos em pesquisas, em particular, nas ciências sociais.

2 CONTEXTOS E DISCUSSÕES

As IES, assim como as demais instituições sociais, constituíram-se em cima de um modelo heteronormativo, que, no decorrer de sua existência, impossibilitou a permanência ou a entrada de determinados grupos de pessoas, em especial, as pessoas transgêneras, nessas instituições. As normatizações sociais e a não compreensão da identidade de gênero resultaram em diferentes formas de exclusão, evasão e violências. No entanto, já não é de hoje que o debate sobre gênero e sexualidade tem tomado conta do cotidiano da educação superior, e cada vez mais são realizadas ações que visam ao combate à desigualdade e objetivam incluir essas pessoas por meio de uma perspectiva de equidade. Mesmo com todo o cerceamento das identidades sexuais e de gênero, a ampliação do debate sobre as diversidades ganhou força a partir do século XX e contribuiu para que fossem incorporadas políticas públicas de acesso aos sujeitos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgênero). Entretanto, a cultura normatizadora dos corpos e dos comportamentos continuou a ser perpetuada de geração para geração, o que fez com que o crescimento da repulsa pelo que é diferente ainda se fixasse na sociedade, fazendo com que essas verdades fossem repetidas por diversos caminhos, por várias instituições. O simbólico ocultado na cultura está presente de forma hegemônica e se oficializa nas ações. Essa estrutura incorporou-se forte-

³ O termo ideologia de gênero não está presente e não é de uso das teorias de gênero. Essa expressão foi criada ou inventada por um fundamentalismo religioso que buscou cunhar uma compreensão equivocada do que é gênero, enfatizando que os estudos de gênero na escola podem fazer com que haja uma doutrinação de valores homossexuais ou transexuais na “mente” dos alunos ou das alunas (FURLANI, 2016).

mente e fez com que a cultura dos corpos das pessoas transgêneras fosse reproduzida de forma negativa.

Faz parte de um processo histórico alinhar as pessoas de acordo com o que se padronizou por feminino e masculino. Essa sujeição cultural naturalizou-se, intencionando homogeneizar padrões e desqualificando qualquer outra forma que não se enquadre dentro de um padrão binário de sexo/gênero (VIGANO, 2019). A categoria gênero está presente nas relações humanas e é um elemento constitutivo de todos e de todas, gênero é, segundo esse entendimento, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995). “Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, ‘gênero’ tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens.” (SCOTT, 1995, p. 5).

A criança, ao entrar na escola, traz consigo os modelos ensinados em casa pela família ou pelas demais relações sociais. Por sua vez, a escola atua como forma de reforçar depreciativamente alguns estereótipos e, em vez de reconhecer e legitimar os comportamentos de gênero ou de sexualidade, ela atua através dos seus diversos agentes, no sentido de localizar e dissuadir qualquer conduta considerada fora das normas binárias de gênero (LANZ, 2015). As instituições de ensino, historicamente, têm dificuldades com relação à aceitação das diferenças. A cultura, no decorrer dos tempos, inseriu e delimitou papéis sexuais e de gênero, padronizando um perfil aceito e naturalizado para homens e outro para mulheres. Para Laraia (2003, p. 67), a cultura determina o comportamento do homem e justifica suas realizações: “[...] nossa herança cultural desenvolvida através de inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos para a maioria da comunidade.” Mesmo que haja na biologia e na fisiologia aspectos determinantes nessas delimitações culturais e sociais, necessita-se ter clareza de que tanto a biologia quanto a fisiologia atuam nas determinações apenas no que é relacionado ao corpo físico e não incorporam segregações referentes a essas determinações. Para tanto, entende-se que a sexualidade, assim como o gênero, pode ser compreendida como algo construído historicamente e relacionada a fatores biológicos, fisiológicos, econômicos, étnicos, religiosos, sociais, culturais, políticos e geográficos (VIGANO, 2019). Assim sendo, Louro (1997, p. 25) destaca que

[...] o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo), pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o. O sujeito é brasileiro, negro, homem, etc. Nessa perspectiva, admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros. Estas práticas e instituições “fabricam” os sujeitos.

A pessoa com uma identidade de gênero que não corresponde às formulações binárias aceitas socialmente passa a ser vista como uma aberração, um monstro, algo ou alguém que merece o desprezo, o medo e a rejeição. De acordo com Vigano (2019, p. 329), “[...] esses sujeitos denunciaram experiências vivenciadas marcadas

por um não reconhecimento e por uma invisibilidade forçada em relação a sua sexualidade.” Sobre identidade de gênero, Carrara (2010, p. 43) expõe que a

[...] identidade de gênero refere-se à experiência individual de sentir-se homem ou mulher, independente do sexo biológico atribuído no nascimento. Isso inclui um sentido pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e gestualidade.

A negação dos corpos transgêneros é tanta que se despreza qualquer outra qualidade que essa pessoa venha a ter, o que está em “jogo” é a forma com que ela se apresenta socialmente, como ela se veste e o que ela faz com o seu corpo. Percebe-se que, quando as identidades de gênero divergentes são identificadas como anormais, elas passam a ser indesejadas, uma ameaça para os padrões morais da sociedade, uma pessoa sem pudor e imoral, sendo vítima das mais variadas formas de violência. Justificam-se as diferentes violências como tentativas de correção da suposta anormalidade. Esse feixe de relações de poder inseriu padrões de pensamentos sexistas e preconceituosos que são difíceis de serem desmantelados. São atitudes naturalizadas no dia a dia, e somente com um “olhar” atento é que se pode iniciar a desconstrução. Isso deve ser percebido pelas instituições educativas, pois muitas pessoas transgêneras acabam desistindo dos processos educativos. É necessário salientar que ser uma pessoa transgênera não é uma benção, nem tão-pouco uma maldição (JESUS, 2012), mas uma representatividade diferente da que é comumente conduzida e imposta em uma cultura socialmente aceita. Pessoas transgêneras sempre existiram em toda a história da humanidade e geralmente são deixadas à margem (LANZ, 2015), excluídas, inferiorizadas e descartadas.

Em toda a história da humanidade sempre existiram identidades gênero-divergentes, mas, com raríssimas exceções, sempre permaneceram na penumbra, à margem da vida sociopolítico-cultural, sem direitos civis e profundamente marcados por um forte estigma. Somente a partir do final do século XX, na esteira das conquistas feministas, pessoas transgêneras começaram a sair do armário em maior número, desafiando abertamente a dicotomia homem-mulher que caracteriza o sistema binário de gênero em vigor na sociedade. (LANZ, 2015, p. 11).

A criação de núcleos de pesquisa que trabalhem com as questões de gênero e sexualidade é um dos primeiros passos que as IES executam para a desconstrução de alguns estereótipos, juntamente com disciplinas que compõem as grades curriculares de diferentes cursos. Os núcleos de pesquisa objetivam disseminar ações educativas que busquem debater essas questões, o que faz com que as instituições superiores tragam para dentro do seu próprio espaço essas discussões e as problematizem, haja vista que os núcleos de pesquisa são fornecedores de subsídios teóricos e metodológicos para o empreendimento de produções acadêmicas, como artigos, monografias, dissertações e teses, que disseminem e problematizem essa temática. As atividades dos núcleos de pesquisa vão desde a formação até a extensão acadêmica, atingem os/as estudantes e a comunidade, ampliando os debates e buscando fazer a conexão teoria e prática indo até as es-

colas, como no Projeto Papo SériO. O Projeto Papo SériO é realizado pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) e é um projeto de extensão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), articulando gênero, sexualidade, diversidade e direitos humanos. Tem como objetivo problematizar as representações de gênero e sexualidade com estudantes e professores/as das escolas públicas da Grande Florianópolis. Atua com oficinas temáticas, concurso de cartazes e organização de seminários, intervenções, mesas-redondas, debates. Essas atividades tornam-se importantes para a desconstrução de uma cultura de desigualdade e violência no que tange às relações de gênero e sexualidade.

Verifica-se que, além dos núcleos de estudo e pesquisa, outras ações são feitas pelas IES. A escrita acadêmica difunde-se na criação de revistas com as temáticas de gênero e sexualidade, como a Revista Estudos Feministas (REF), a Revista Pagu, a Revista Feminismos, a Revista Gênero, a Revista Cadernos de Gênero e Diversidade, a Revista Ártemis, a Revista Gênero e Direito, entre outras. Eventos locais e nacionais fazem parte da organização dos núcleos, tal como o Fazendo Gênero, organizado pelo Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da Universidade Federal de Santa Catarina.

Alguns cursos de formação sobre a temática contribuem para a atuação docente, como o Curso de Gênero e Diversidade na Escola (GDE), que foi ofertado em um projeto-piloto em 2006, resultado de uma articulação entre diversos ministérios (Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e o Ministério da Educação), o Conselho Britânico (órgão do Reino Unido atuante na área de Direitos Humanos, Educação e Cultura) e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ). O curso se insere na modalidade de formação continuada de profissionais da educação básica, tratando das temáticas de gênero, raça, etnia e orientação sexual, possibilitando reflexões e práticas pedagógicas sobre essas temáticas.

O princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão voltados à temática de gênero e sexualidade torna-se fundante para a articulação concreta de atividades no ensino superior. Tal princípio conduz a mudanças significativas nos processos de ensino e aprendizagem, colaborando com a formação profissional de estudantes e docentes. Evidenciam-se tais transformações por meio de um processo multifacetado que relaciona a teoria e a prática, favorecendo os atos de aprender e de ensinar. Assim, os cursos de formação continuada, os projetos de extensão, as disciplinas de graduação e da pós-graduação e os núcleos de pesquisa inserem-se nas ações que as IES conduzem para combater as desigualdades sexuais e de gênero. Para tanto, apresenta-se a seguir um quadro com os núcleos, grupos ou laboratórios de pesquisa em gênero e sexualidade, num total de 88 grupos, a fim de demonstrar como caminham essas ações/atividades.

Quadro 1 – Levantamento dos núcleos em gênero e sexualidade

Núcleos de Pesquisa	Universidade	Ano
FAGES - Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade	UFPE, Recife	1983
NEIM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher	UFBA, Salvador	1983
NUPEM - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero	UFPI, PiauÍ	1984

(continuação Quadro 1)

Núcleos de Pesquisa	Universidade	Ano
NIEM - Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Gênero	UFRGS, Porto Alegre	1984
GEM - Grupo de Estudos sobre Saúde da Mulher	UFBA, Salvador	1987
NTMC - Núcleo Temático Mulher e Cidadania	UFAL, Maceió	1989
GEERGE - Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero	UFRGS, Porto Alegre	1990
Núcleo de Estudos e Pesquisas da Mulher	UFRPE, Recife	1991
NEPAM - Núcleo Nísia Floresta de Estudos e Pesquisa e Área da Mulher e Relações Sociais de Gênero	UFRN, Natal	1991
IEG - Instituto de Estudos de Gênero	UFSC, Florianópolis	1991
NIGS - Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades	UFSC, Florianópolis	1991
MUSA - Programa de Estudos em Gênero e Saúde Coletiva	UFBA, Salvador	1992
NEPIMG - Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Mulher e Relações de Gênero	UFS, Aracaju	1992
PAGU - Núcleo de Estudos de Gênero	UNICAMP, Campinas	1993
NIEPEM - Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Mulher, Cidadania e Relações de Gênero	UFMA, São Luís	1993
LEFAM - Laboratório de Estudos da Família, Relações de Gênero e Sexualidade	USP, São Paulo	1993
NEM - Núcleo de Estudos sobre a Mulher Simone de Beauvoir	UERN, Mossoró	1993
GEPEM - Grupo de Estudos e Pesquisas "Eneida de Moraes" sobre mulheres e gêneros	UFPA, Belém	1994
Grupo Flor e Flor Estudos de Gênero	UEPB, Campina Grande	1995
MULIERIBUS - Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher e Relações de Gênero	UEFS, Feira de Santana	1996
GEMA - Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades	UFPE, Recife	1998
NEGIF - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família	UFC, Fortaleza	1998
NPG - Núcleo de Pesquisa de Gênero	EST, São Leopoldo	1999
GESE - Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola	FURG, Rio Grande	2000
NIPAM - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero	UFPB, João Pessoa	2000
NUSSERGE - Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Saúde, Sexualidades e Relações de Gênero	UFSC, Florianópolis	2000
Demodê - Grupo de Estudos sobre Democracia e Desigualdades	UnB, Brasília	2001
GREFAC - Grupo de Estudos sobre a Família Contemporânea	UERJ e UFRJ, Rio de Janeiro	2001
NEPeM - Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher	UnB, Brasília	2002
CLAM - Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos	UERJ, Rio de Janeiro	2002
NUGSEX - Núcleo de Gênero e Sexualidade	UNEB, Salvador	2003

(continuação Quadro 1)

Núcleos de Pesquisa	Universidade	Ano
CULT - Cultura e Sexualidade	UFBA, Salvador	2003
ENLACE - Entrelaçando Sexualidades	UNEB, Salvador	2003
NUCH - Núcleo de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual	UFPE, Recife	2004
GEPALA - Grupo de Estudos Pós-Coloniais e Afro-Latino-Americanos	UFSC, Florianópolis	2004
LABGEF - Laboratório de Relações de Gênero e Família	UDESC, Florianópolis	2004
NESEG - Núcleo de Estudos de Sexualidade e Gênero	UFRJ, Rio de Janeiro	2005
Núcleo Religião, Gênero, Ação Social e Política	UFRJ, Rio de Janeiro	2005
NETeG - Núcleo de Estudos do Trabalho e Gênero	UNIFESP, Santos	2006
NEPP-DH - Núcleo de Estudos em Políticas Públicas em Direitos Humanos	UFRJ, Rio de Janeiro	2006
NUDERG - Núcleo de Estudos sobre Desigualdades Contemporâneas e Relações de Gênero	UERJ, Rio de Janeiro	2006
LEGH - Laboratório de Estudos de Gênero e História	UFSC, Florianópolis	2006
Núcleo - Gênero, Corporalidades, Direitos Humanos e Políticas Públicas	UEL, Londrina	2007
LADIH - Laboratório de Direitos Humanos	UFRJ, Rio de Janeiro	2007
NUPSEX - Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero	UFRGS, Porto Alegre	2007
LabEs - Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana	UFPE, Recife	2008
GRUPESSC - Grupo de Pesquisas em Saúde, Sociedade e Cultura	UFPB, João Pessoa	2008
LENPES - Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão de Sociologia	UEL, Londrina	2008
GEMAA - Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa	UERJ, Rio de Janeiro	2008
Grupo de Pesquisa sobre Violência de Gênero	UEL, Londrina	2009
LAGESC - Laboratório de Gênero, Educação, Sexualidade e Corporeidade	UDESC, Florianópolis	2009
SeR-Tão - Núcleo de Pesquisas em Gênero e Sexualidade	UFG, Goiânia	2010
LIDIS - Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos	UERJ, Rio de Janeiro	2010
CAPITU - Núcleo de Gênero e Sexualidade	UFRB, Recôncavo Baiano	2011
Coletivo Ângela Davis - Grupo de Pesquisa em Gênero, Raça e Subalternidade	UFRB, Recôncavo Baiano	2011
RDH - Centro de Referência em Direitos Humanos: Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Raça	UFRGS, Porto Alegre	2011
NEHS - Núcleo de Estudos Heleieth Saffioti	UNIFESP, Santos	2011
CEDD - Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação	UnB, Brasília	2012

(continuação Quadro 1)

Núcleos de Pesquisa	Universidade	Ano
Instituto de Pesquisa e Extensão Perspectivas e Desafios de Humanização do Direito Civil Constitucional	UFPB, João Pessoa	2012
DEGENERA - Núcleo de Pesquisa e Desconstrução de Gêneros	UERJ, Rio de Janeiro	2012
ALTERITAS - Núcleo de Estudos em Gênero, Cultura e Diversidade	UFG, Goiás	2013
NEXUS - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia, Saúde e Sexualidades	UFMG, Campina Grande	2013
CANDACES - Grupo de Pesquisa Gênero, Raça, Cultura & Sociedade	UNEB, Salvador	2013
NUSEX - Núcleo de Estudos em Corpos, Gênero e Sexualidade	UFRJ, Rio de Janeiro	2013
Observatório da Prostituição	UFRJ, Rio de Janeiro	2013
Gênero, Educação e Cidadania na América Latina (GECAL/ América do Sul)	UNIPLAC, Lages	2013
NEGêDi - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Diversidade	IFRN, Natal	2013
NEPI - Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Políticas Públicas, Direitos Humanos, Gênero, Vulnerabilidades e Violências	UFMS, Pantanal	2014
NEGDS - Núcleo de Estudos de Gênero, Diferenças e Sexualidades	UFSCAR, São Carlos	2014
NEGREM - Núcleo de Estudos de Trabalho, Gênero e Raça/ Etnia	UNIRIO, Rio de Janeiro	2014
Coletivo Feminista do IESP	UERJ, Rio de Janeiro	2014
Grupo de Estudos de Gênero, Sexualidade e(m) Interseccionalidades na Educação e(m) Saúde	UFRJ, Rio de Janeiro	2014
Grupo de Pesquisa Sexualidade, Direito e Democracia	UFF, Niterói	2014
LabEduSex - Laboratório Educação e Sexualidade	UDESC, Florianópolis	2014
LICHSS - Laboratório Interdisciplinar Ciências Humanas, Sociais e Saúde	UNIFESP, Santos	2014
Impróprias - Grupo de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Diferenças	UFMS, Campo Grande	2015
Feminismos e História das Mulheres	UnB, Brasília	2016
GEPÔ - Núcleo de Estudos de Gênero e Política do DCP	USP, São Paulo	2016
D'GENERUS - Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero	UFPEL, Pelotas	2016
Grupo - Direito, Gênero e Feminismos	CESUSC, Santa Catarina	2016
EDIS - Grupo de Estudos em Diversidades e Política	UFAL, Maceió	2017
LAPSUS - Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade e Segurança Pública	UFPB, João Pessoa	2017
GEDIS - Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos	UFJF, Juiz de Fora	2018
Grupo de Pesquisa História do Direito da Mulher e de Gênero	ALFA, Goiânia	2018
NeTrans - Núcleo de Estudos e Pesquisas de Travestilidades, Transgeneridades e Transexualidades	UFSC, Florianópolis	2018
NUMAS - Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença	USP, São Paulo	2019

(continuação Quadro 1)

Núcleos de Pesquisa	Universidade	Ano
GEDISEX – Grupo de Pesquisas e Práticas em Gênero, Diversidade e Sexualidade	IFB, Bahia	2019
NEGRECS – Núcleo de Estudos de Gênero e Relações Étnico-raciais na Educação Audiovisual em Ciências e Saúde	UFRJ, Rio de Janeiro	2019

Fonte: elaborado pelas autoras.

De acordo com o Quadro 1, percebe-se um movimento em várias IES no Brasil. Mesmo não sendo um levantamento de todos os núcleos existentes nas instituições que abordam temáticas de gênero e sexualidade, percebeu-se que cada região tem pelo menos algum núcleo de pesquisa, e várias áreas envolvem-se com esse debate, passando as ciências humanas, a saúde e o direito.

Já o Quadro 2, que virá na sequência, é representado pelas categorias de análises e as temáticas que mais aparecem nos estudos feitos pelos núcleos de pesquisa. As categorias foram descritas a partir das áreas de maior concentração de estudos e das temáticas que englobam as áreas de atuação, por meio dos debates relacionadas com os objetivos gerais de cada um dos núcleos. Por intermédio desse quadro, observou-se que as temáticas giram em torno de processos históricos de desigualdade, já que se intensificam na sociedade as problemáticas relacionadas com o debate sobre mulheres, violências, estereótipos, identidades e relações sociais. As violências são crescentes e influenciam a permanência das pessoas transgêneras nos espaços, não apenas as violências físicas, mas as simbólicas também. As violências simbólicas representam os mais altos níveis de agressividade, já que “[...] a violência simbólica é muito sutil, não deixa marcas aparentes como a violência real, mas costuma ferir com intensidade semelhante ou até maior do que a agressão física.” (LANZ, 2015, p. 257). Constata-se que essas categorias de análises são referências que estão implícitas nas ações dos núcleos, conseqüentemente, incorporam as práticas dos sujeitos partícipes das ações.

Quadro 2 – Categorias de análise e temáticas

Categorias de Análise	Temáticas
Gênero	Estudos de gênero, sexualidade, corpo, identidade de gênero, homofobia, LGBT, estereótipos, violências e desigualdade.
Sexualidade	Sexo, sexualidade, prostituição, corporeidade, diferenças, relações sociais, LGBT e relações de gênero.
Feminismos	Mulheres, marcadores sociais, patriarcado, machismo, família, desigualdades, trabalho, saúde e sexualidade.
Masculinidades	Homem, relações sociais, diferenças, patriarcado, saúde, homossexualidade, identidade de gênero e violências.
Saúde	Mulheres, homens, drogas, gravidez, sexo, sexualidade, corpo, prostituição, doenças, DST, família e relações sociais.
Direitos Humanos	Políticas públicas, sujeitos, escolarização, violências, desigualdades, cidadania, segurança pública, democracia e lutas sociais.
Família	Saúde, relações sociais, estereótipos, violências, gravidez, trabalho, afazeres domésticos, religião, cultura e interações.
Diversidades	Gênero, sexualidade, LGBT, identidades, violências, lutas sociais, vulnerabilidade, educação, inclusão social, cultura e raça.

Fonte: elaborado pelas autoras.

A homossexualidade e a identidade de gênero fazem parte das temáticas que os núcleos debatem, mas são categorias de análises recorrentes. Nesse viés, observa-se que apenas um núcleo trabalha diretamente em suas discussões e intervenções acerca das questões de identidade de gênero, que é o Núcleo de Estudos e Pesquisas de Travestilidades, Transgeneridades e Transexualidades - NeTrans (UFSC). Nota-se, portanto, que tal temática ainda encontra dificuldade de ser abordada no âmbito dos conhecimentos acadêmicos. “Esse processo de distinção terá alguma força normativa e, de fato, alguma violência, pois ele pode construir apenas através do apagamento; ele pode limitar uma coisa apenas através da imposição de um certo critério, de um princípio de seletividade”. (LOURO, 2000, p. 120). Compreende-se que o ser humano é culturalmente constituído e que os preconceitos, discriminações e violências são socialmente aprendidos. Assim, o primeiro passo para a desconstrução das normatizações impostas pelos padrões de gênero é a ampliação do debate. Em geral, as instituições sociais são carregadas de estigmas e preconceitos, reproduzem um modelo heteronormativo, amparadas em uma cultura cristã, que não compreende e tão-pouco aceita os gêneros divergentes. O que ocorre é que

[...] a ação pedagógica reproduz o arbitrário cultural das classes dominantes ou dominadas. A ação pedagógica (institucionalizada) da escola⁴ reproduz a cultura dominante e, através desta, a estrutura de relações de força dentro de uma formação social, possuindo o sistema educativo dominante o monopólio da violência simbólica legítima. Todas as ações pedagógicas praticadas por diferentes classes ou grupos sociais apoiam objetiva e indiretamente a ação pedagógica dominante, porque esta última define a estrutura e o funcionamento do mercado econômico e simbólico. (STOER, 2008, p. 15).

No próximo quadro, apresentam-se os primeiros grupos e seus objetivos constituídos no período de 1980 a 1999, com a intencionalidade de demonstrar como os estudos sobre as identidades sexuais e de gênero não estavam e não estão nesses grupos, principalmente a questão da transgeneridade. Portanto, esses estudos não constituem uma temática de amplo espectro acadêmico; inclusive essas identidades eram ignoradas nos espaços de educação superior, pois eram consideradas marginalizadas. Além disso, mediante os objetivos desses grupos, identificam-se as ramificações pelas quais eles se integram e se observa como alguns debates são mais evidenciados que outros. Tais questões se entrelaçam com os movimentos sociais vigentes e com as demandas sociais e políticas do período correspondente. Por meio desse quadro, confirmou-se que o fortalecimento do feminismo impulsionou o fomento de estudos na área de gênero e sexualidade, fazendo com que essa discussão ganhasse força dentro dos espaços de educação superior. No entanto, com o crescimento das discussões de gênero e sexualidade e o fortalecimento do feminismo na busca da igualdade de gênero, as questões de desigualdades vivenciadas por esses sujeitos foram se tornando necessárias para que as IES fossem de fato inclusivas. Assim, as temáticas começam a construir problematizações que alcançassem o público LGBT, como um todo.

⁴ Leia-se escola como instituição de ensino de maneira geral.

Quadro 3 – Primeiros grupos de pesquisa identificados e seus objetivos

Primeiros grupos	Objetivos	Ano
FAGES - Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade	É dedicado à realização de discussão, pesquisa, ações, cursos, capacitações e assessorias que contribuem para o conhecimento e promovem os direitos múltiplos da população em relação a temas de gênero e sexualidade.	1983
NEIM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher	Formação de uma consciência crítica acerca das relações de gênero hierárquicas, predominantes em nossa sociedade, e da consequente especificidade da condição feminina.	1983
NUPEM - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero	Ação interdisciplinar de pesquisa e ação sobre mulher e relações de sexo e gênero.	1984
NIEM - Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Gênero	Contribuir para a formação de uma consciência crítica sobre as desigualdades de gênero.	1984
GEM - Grupo de Estudos sobre Saúde da Mulher	Possui duas linhas de pesquisa, uma sobre o cuidado à saúde das mulheres, relações de gênero e étnico-raciais e a outra sobre o cuidado na promoção à saúde, prevenção, controle e reabilitação de agravos em grupos humanos.	1987
NTMC - Núcleo Temático Mulher e Cidadania	Produzir e divulgar conhecimentos ligados inteiramente à questão da mulher e das relações de gênero.	1989
GEERGE - Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero	Dedica-se a atividades de investigação, ensino e extensão acerca de gênero, sexualidade, raça/cor, etnia, classe, religião, nacionalidade, geração, em articulação com a educação.	1990
Núcleo de Estudos e Pesquisas da Mulher	Movimentos Feministas em Recife em luta pela Cidadania e Educação das Mulheres.	1991
NEPAM - Núcleo Nísia Floresta de Estudos e Pesquisa e Área da Mulher e Relações Sociais de Gênero	Estudos relacionados às mulheres e às relações de gênero.	1991
IEG - Instituto de Estudos de Gênero	Desenvolver ações na área de estudos de gênero e feminismos, reunindo redes de pesquisas em nível local, nacional e internacional.	1991
NIGS - Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades	Desenvolver pesquisas relacionadas aos Estudos de Gênero e de Metodologia de Pesquisa.	1991
MUSA - Programa de Estudos em Gênero e Saúde Coletiva	Estudos em Gênero e Saúde Coletiva.	1992
NEPIMG - Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Mulher e Relações de Gênero	Núcleo de educação superior que desenvolve atividades interdisciplinares de estudos de gênero, mulher e relações de gênero no Norte e Nordeste brasileiros.	1992
PAGU - Núcleo de Estudos de Gênero	Ramifica-se pelas diversas vertentes da problemática associada ao conceito de gênero - sociais, econômicas, antropológicas, históricas, políticas.	1993
NIEPEM - Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Mulher, Cidadania e Relações de Gênero	Apoia os estudos monográficos que versem sobre o tema, estabelece intercâmbio com outros núcleos que tratam do assunto, além disso realiza cursos e eventos sobre Gênero, Feminismo, Empoderamento da Mulher, Relações Políticas e Cidadania.	1993

(continuação Quadro 3)

Primeiros grupos	Objetivos	Ano
LEFAM - Laboratório de Estudos da Família, Relações de Gênero e Sexualidade	Desenvolver estudos e pesquisas que pensem a família, as relações de gênero e a sexualidade a partir da perspectiva psicossocial.	1993
NEM - Núcleo de Estudos sobre a Mulher Simone de Beauvoir	Fortalecer a organização das mulheres na sociedade e na UERN, por intermédio de debates, estudos, pesquisas, extensão e assessoria. Busca ainda dar visibilidade às relações sociais de gênero na comunidade acadêmica e na sociedade.	1993
GEPEM - Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre mulheres e gêneros	Construiu uma rede de estudos de gênero na Amazônia, contribuindo para o crescimento da produção de saberes, práticas e linguagens e promovendo a inclusão de discussões sobre as masculinidades e as minorias sociais.	1994
Grupo Flor e Flor Estudos de Gênero	Estudo e discussão de temáticas relacionadas à questão de gênero e feminismo, assim como busca realizar projetos de pesquisa e extensão e promover reuniões, seminários, oficinas e capacitações sobre relações de gênero e feminismo.	1995
MULIERIBUS - Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher e Relações de Gênero	Aprofundar as discussões sobre gênero, violência e mulheres.	1996
GEMA - Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades	Desenvolver ensino, pesquisa e extensão universitária, a partir do enfoque feminista de gênero, atuando no campo da saúde e direitos humanos, especialmente em temas relativos aos direitos sexuais e reprodutivos.	1998
NEGIF - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família	Estudar e aprofundar pesquisas relativas à questão da mulher nas mais diferentes instâncias, tais como família, sexualidade, relações de gênero, assim como a análise das diversas formas de violência sofrida por esse grupo.	1998
NPG - Núcleo de Pesquisa de Gênero	Ocupa-se com o estudo das relações de gênero e suas implicações na construção das relações sociais, sob enfoque interdisciplinar.	1999

Fonte: elaborado pelas autoras.

Os movimentos sociais em busca da equidade de gênero impulsionaram essa mudança no pensar acadêmico. A busca pelo reconhecimento, dignidade e cidadania da população LGBT tem no Brasil, como marco histórico, o ano de 1990, quando um evento foi organizado por manifestantes em prol dos direitos humanos. A Parada do Orgulho Gay, hoje conhecida como Parada da Diversidade Sexual, denuncia a violação dos direitos e da livre vivência, seja na igreja, na escola, seja na família ou no trabalho (VIGANO, 2019).

Um dos esforços para trazer ao debate os direitos dos sujeitos LGBT é o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, elaborado por Comissão Técnica Intermunicipal em 2010. Esse Plano é reflexo da mobilização da sociedade civil por meio dos movimentos sociais na busca de políticas públicas que consigam responder às necessidades das pessoas LGBT, fazendo parte do Programa Brasil sem Homofobia, iniciado em 2004 (VIGANO, 2019). O quinto programa e ação descrito pelo Brasil sem Homofobia corresponde a processos educativos. Nele estão descritas as seguintes ações:

Elaborar diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e à não discriminação por orientação sexual; Fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade; Formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia; Estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia; Apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores; Divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana; Estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de GLBT; Criar o Subcomitê sobre Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas. (BRASIL, 2004, p. 22-23).

No que tange ao Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, esse foi resultante da 1.^a Conferência Nacional GLBT (sigla utilizada na época), realizada em Brasília em junho de 2008. Ele trouxe diretrizes e ações para a elaboração de políticas públicas voltadas para esse grupo. O objetivo do Plano é de “[...] orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, primando pela intersectorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas.” (BRASIL, 2009, p. 10). Cita-se como importante documento na luta pelos direitos das identidades diversas um documento chamado de Princípios de Yogyakarta. Esse documento é de referência para as questões de Direitos Humanos dos sujeitos LGBT. Descritos desde 2007, são princípios internacionais que ressaltam os direitos em relação à orientação sexual e identidade de gênero (VIGANO, 2019). Neste documento, todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, todos os seres humanos possuem direitos universais, independentemente da sua orientação sexual ou identidade de gênero (BRASIL, 2007). Esses documentos, juntamente com as ações provenientes dos movimentos sociais, culminaram em uma mudança das ações das IES, que começam a compreender que, para incluir as pessoas transgêneras nesses espaços, elas teriam que ampliar seu olhar, considerando que essa discussão é necessária dentro de um contexto educacional que carrega em suas diretrizes o Plano Nacional de Educação – Lei n.º 13.005/2014 (BRASIL, 2014), que ressalta a superação das desigualdades educacionais, enfatizando a promoção da cidadania e a erradicação da discriminação, além do fomento aos princípios do respeito aos direitos humanos e à diversidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões de gênero estão vinculadas às expressões do masculino e do feminino, por meio de imposições sociais e culturais atribuídas historicamente, que buscaram padronizar algumas pessoas e excluir outras, através de supostas qualificações estabelecidas em visões sexistas, misóginas e homofóbicas. Essas imposições se baseiam em um caráter biológico que distingue os seres humanos apenas por seus órgãos genitais. Verificou-se que, em nossa cultura, essa percepção está estritamente ligada aos papéis e marcadores sociais que cada um/a

tem que assumir para poder ser aceito/a. Tais padronizações tendem a ser injunções sociais e culturais, convencionadas e naturalizadas, promovendo diferenças e desigualdades. Assim, conclui-se que a discussão sobre gênero é fundamental para evidenciar os determinismos impostos na sociedade (POGGIO, 2012) e buscar novas formas de compreender e respeitar as identidades.

Atualmente há um debate para inclusão de cotas para as pessoas transgêneras nas IES, já que elas foram submetidas a processos de exclusão proveniente das discriminações sofridas nos espaços educativos⁵. Em decorrência disso, algumas IES brasileiras começam a se organizar para atender essa demanda. A Universidade Federal do Cariri (UFCA) incluiu nos seus editais relacionados a programas de pós-graduação, a partir de setembro de 2018, políticas de ações afirmativas para pessoas transgêneras. A Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) começou a oferecer, a partir do segundo semestre de 2018, cotas destinadas a homens e mulheres transgêneros/as em cursos de graduação e, a partir de 2019, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) ofertou, igualmente, cotas para pessoas transgêneras. Assim como essas citadas IES, outras efetuaram ações similares, intencionando espaços de educação mais inclusivos.

Finda-se constatando que há muitos núcleos e grupos de pesquisa na área de gênero e sexualidade. É possível que este artigo não tenha contemplado todos; entretanto, cumpre-se o objetivo do levantamento e demonstra-se que há uma preocupação das IES em pensar as questões de gênero e sexualidade desde a década de 1980, porém essa mesma preocupação para as questões de identidade de gênero efetivou-se apenas no decorrer dos anos 2000. Por conseguinte, as ações, mesmo que ainda enfraquecidas, começam a tomar forma, mas a caminhada é longa, pois há por trás um passado constituído por bases preconceituosas e discriminatórias. O acesso à educação superior para as pessoas transgêneras esbarra em questões cristalizadas pelo imaginário coletivo, fazendo com que poucas cheguem e se mantenham nesses espaços. Sugere-se uma ampliação nas políticas de acesso e permanência para essas pessoas, além de uma ampliação de disciplinas que atuem nessa frente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual*. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Observatório de Sexualidade e Política - Sexuality Policy Watch (org.). *Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero*. Tradução de Jones de Freitas. Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 23 maio 2020.

⁵ Verificar reportagem realizada pelo Jornal Correio Braziliense sobre as violências sofridas por pessoas transgêneras nos espaços de educação superior. Disponível em: <http://especiais.correio braziliense.com.br/violencia-e-discriminacao-roubam-de-transsexuais-o-direito-ao-estudo>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. *Plano Nacional da Educação*. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/72231507/dou-edicao-extra-secao-1-26-06-2014-pg-1>. Acesso em: 26 maio 2020.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Brasil sem Homofobia. *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT*. Brasília, DF, 2009.

CARRARA, Sérgio *et al.* *Sexualidade e orientação sexual*. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. v. 3.

FURLANI, Jimena. *"Ideologia de Gênero"?: explicando as confusões teóricas presentes na cartilha*. 2. ed. rev. Florianópolis: FAED; UDESC, 2016.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos*. Brasília, DF: Edição do Autor, 2012.

LANZ, Leticia. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero: uma introdução aos estudos transgêneros*. Curitiba: Transgente, 2015.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido. *Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor*. Presidente Prudente: Nuances, 1996. v. 3.

POGGIO, Inês Soares Nunes. A construção das relações de gênero. In: LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes (org.). *Educação de jovens e adultos, diversidade e o mundo do trabalho*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 88-100.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-100, 1995.

STOER, Stephen R. A genética cultural da reprodução. *Educação, Sociedade & Culturas*, Porto, n. 26, 2008, p. 85-90.

VIGANO, Samira de M. M. *Sujeitos jovens e adultos LGBT: diálogos sobre gênero, sexualidade e escolaridade*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

Recebido em: 13 maio 2021.

Aceito em: 22 set. 2021.